

O *TEMPO* DAS VISITAS DA GOVERNAÇÃO ABERTA EM MOÇAMBIQUE¹

Euclides Gonçalves

INTRODUÇÃO

Concebida ao nível da Presidência da República como um “exercício político da liderança do Estado que consiste em estabelecer uma interação entre governantes e governados através do contacto directo e permanente entre a estrutura social da sociedade e a sua respectiva liderança” (GEPR, 2009, p. 7), a governação aberta tornou-se no marco do período da liderança de Armando Guebuza na qualidade de Chefe de Estado. De forma exemplar, o Chefe de Estado tem conduzido anualmente Presidências Abertas² a dezenas de distritos urbanos e rurais onde reúne-se com os representantes locais do Estado nos diferentes níveis da administração territorial, membros do partido Frelimo, membros dos conselhos locais, agentes económicos, grupos de mulheres e de jovens para se informar sobre o progresso e dificuldades no combate à pobreza. Ministros, governadores e dirigentes de instituições públicas são também encorajados a replicar este exercício mostrando abertura para receber os cidadãos nos seus gabinetes e para visitar, ouvir, ver e experimentar “como vivem os moçambicanos.”

¹ Uma versão anterior deste capítulo foi apresentada no ciclo de seminários internos do IESE em 2013. Agradeço os comentários dos participantes desse seminário, em particular a António Francisco e Salvador Forquilha pelos subsídios relativos à participação dos cidadãos em processos de governação. Outros colegas leram e comentaram versões anteriores deste documento: obrigado a Tirso Siteo, João Pereira, José Adalima e, reconheço especialmente, as questões e sugestões de Elísio Macamo e Johane Zonjo.

² Às visitas da governação aberta realizadas pelo Presidente da República são chamadas Presidências Abertas e Inclusivas ou simplesmente Presidências Abertas. Na mesma lógica, as visitas de outros membros do governo ou representantes do estado chama-se ministérios abertos, província aberta ou distrito aberto mas, na prática, todas visitas inspiradas na Presidência Aberta são chamadas “visitas da governação aberta.”

Para que as componentes das visitas da governação aberta sejam realizadas, um conjunto de actividades preparatórias são desenvolvidas com semanas ou meses de antecedência. Estas actividades incluem a constituição de comissões e a realização de encontros de preparação a vários níveis, a selecção e vistoria de potenciais locais a serem incluídos nos programas das visitas, a escolha dos locais e a construção de tribunas para os comícios e a mobilização de associações, grupos culturais e da população para participar “massivamente” nas actividades dos dias das visitas. Estes e outros preparativos como a limpeza de espaços públicos, a ornamentação e reabilitação provisória de edifícios do Estado, a reabilitação de vias de acesso e estradas por onde passará o dignitário em visita, o estabelecimento de condições de segurança para a realização do evento e as inspecções de avaliação das actividades de preparação são, geralmente, realizadas várias vezes.

Nos distritos, à medida que a data da visita se aproxima, comissões de trabalho envolvendo lideranças administrativas e burocráticas chegam, dos níveis provincial e central, para verificar detalhes como os projectos a serem visitados, a área onde deverá decorrer o comício, a qualidade da casa preparada para receber o visitante e, no caso das visitas dos governadores e da Primeira Dama aos distritos, o local onde se realizará a conversa à volta da fogueira.³ Com tudo isto, cresce a ansiedade e o stress por parte dos hospedeiros, particularmente os representantes locais do Estado, os funcionários públicos e alguns líderes comunitários que, durante dias e noites consecutivas sem repouso, desandam em correrias por forma a garantir que os preparativos vão ao encontro das expectativas dos respectivos superiores hierárquicos.

Neste capítulo, concentro-me exactamente nas actividades que acontecem na véspera e durante as visitas realizadas no âmbito da governação aberta. Para além de relatos de visitas anteriores, entre Abril de 2008 e Outubro de 2009, observei e participei em visitas em governação aberta dos administradores dos distritos de Inharrime e Zavala, do governador da província de Inhambane, do primeiro secretário provincial e do secretário geral do partido Frelimo e em visitas da Primeira Dama e do Presidente da República a estes distritos.⁴ O objectivo é questionar as visitas da governação

³ Embora o Presidente da República não pernoite nas povoações e localidades como os governadores e a Primeira Dama, as visitas presidenciais colocam ênfase nas reuniões e comícios nas povoações e localidades. Para uma análise detalhada sobre a dimensão espaço-temporal destas visitas e os respectivos actos festivos e comensais, veja Gonçalves (2013).

⁴ No âmbito de um outro projecto, em Abril de 2013, realizei trabalho de campo na província de Cabo-Delgado (cidade de Pemba, distritos de Nangade, Quissanga, Ibo e Montepuez) onde testemunhei e recolhi relatos na véspera e durante a Presidência Aberta que se realizou de 18 a 23 de do mesmo mês.

aberta enquanto exercício de governação. Especificamente, procuro saber o que elas significam para os representantes locais do Estado e para os funcionários públicos. Para além dos objectivos declarados por aqueles que a conceberam, o que é efectivamente alcançado com o exercício da governação aberta? Das respostas a estas questões, o que podemos inferir sobre o modo de governação vigente em Moçambique?

A análise desenvolvida neste capítulo toma como referência a descrição e discussão de uma visita em governação aberta ao distrito de Inharrime, realizada pelo então governador da província de Inhambane, Francisco Itai Meque em 2008. No que se segue, argumento que, para os representantes locais do Estado e funcionários públicos, a governação aberta é mais do que um exercício de abertura e aproximação dos governantes aos governados ou um exercício de governação participativa e prestação de contas como é concebido pela Presidência da República. A ansiedade, o stress e agitação a que se assiste, durante e nos meses e semanas que antecedem as visitas, revelam um processo governativo que ocasiona a produção de uma temporalidade específica a que chamo o *tempo* das visitas da governação aberta. Nesse *tempo*, mais do que monitorar o progresso da execução dos planos do governo ou promover a participação dos cidadãos na governação, os dignitários visitantes e os hospedeiros das visitas concentram-se em representar o seu desempenho em harmonia com o discurso oficial, não estando necessariamente em conformidade com planos previamente traçados ou realidades conhecidas.

Antes de prosseguir, importa clarificar que cabem no termo governação aberta as visitas do Presidente da República, da Primeira Dama, dos ministros, dos representantes locais do Estado e dos representantes do partido no governo a vários níveis. Embora todas as visitas sejam moldadas ao exemplo da Presidência Aberta, cada nível de visita da governação aberta tem características específicas e cada dirigente imprime a sua marca ao exercício. Neste capítulo, limito-me à discussão dos traços gerais e comuns e indico as observações que se aplicam a casos particulares.

Para conhecer o significado e os efeitos das visitas da governação aberta, começo por deslocar a perspectiva de análise do eixo do discurso oficial e de perspectivas ortodoxas de análise de processos políticos que se concentram no formalismo institucional. Aqui, proponho uma forma de organização e compreensão do político que toma como ponto de entrada as temporalidades produzidas por processos, eventos ou fenómenos políticos. De seguida, sistematizo três dimensões-chave das visitas da governação aberta para mostrar como este exercício delinea as práticas e os discursos possíveis para os representantes locais do Estado, assim como para os

cidadãos. Passo depois para a descrição e discussão de uma visita do ex-governador da província de Inhambane ao distrito de Inharrime, para analisar ao pormenor como esse campo de possibilidades se produz e reproduz. Aqui, extraio algumas implicações do facto de o exercício das visitas da governação aberta produzirem um tempo específico nos distritos onde são realizadas.

PARA ALÉM DA PARTICIPAÇÃO, DO DESEMPENHO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Armando Guebuza iniciou o seu mandato em 2005, anunciando rupturas com o modelo de governação precedente. Uma dessas rupturas havia de ser contra a letargia e corrupção generalizadas sintetizadas na expressão “espírito de deixa andar.” A governação aberta foi concebida como exercício central para essa nova era de governação, levando o Chefe de Estado a declarar no seu discurso de tomada de posse: “queremos que o estilo de ‘Presidência Aberta’ se replique a todos níveis para que o nosso povo acompanhe, a par e passo, a contribuição de cada dirigente e instituição no combate contra a pobreza” (Guebuza, 2006, p. 16). De facto, nos anos que se seguiram, o exercício da governação aberta começou a ocupar um espaço privilegiado na arena política nacional, passando gradualmente a ser adoptada por ministros, governadores e líderes do partido Frelimo a vários níveis.⁵

Em 2009, uma publicação da Presidência da República enquadrava a governação aberta na agenda de “boa governação” promovida pelo Banco Mundial (World Bank, 1992) que, em Moçambique, culminou com a adopção de um sistema político multipartidário e vários esquemas de consulta e participação comunitária nos processos governativos (GEPR, 2009).⁶ A governação aberta seria, assim, mais uma via para uma governação participativa onde governantes e governados encontrariam momentos privilegiados de interacção. Nesses momentos de interacção, os governantes teriam especialmente uma “oportunidade de aprendizagem através da

⁵ É importante notar que poucos governantes seguem o exemplo das Presidências abertas, reproduzindo o exercício ao nível de ministérios abertos, distritos abertos ou postos administrativos abertos. As visitas de trabalho de maior parte dos ministros e governadores seguem esquemas tradicionais instituídos na prática burocrática dessas instituições. As visitas que estes conduzem no contexto da governação aberta são, no geral, ocasionadas pelos preparativos da visita do próprio Presidente da República. O antigo governador da província de Inhambane Francisco Itai Meque e o ex-ministro da saúde Paulo Ivo Garrido foram notáveis excepções à regra.

⁶ Veja, por exemplo, para os Conselhos Locais, Gonçalves, Inguane e Gune (2008), SAL-CDS e Massala (2009) e Forquilha e Orre (2011) e, para os Observatórios de Desenvolvimento, Gonçalves e Adalima (2008) e Adalima e Nuvunga (2012).

absorção e aplicação do conhecimento existente nas comunidades” (GEPR, 2009, p. 7). Adicionalmente, esta instituição permitiria um “contacto regular com as comunidades constituídas por potenciais eleitores, cria-se uma oportunidade para estas se tornarem nos verdadeiros agentes no processo de exercício do poder e de se apropriarem dos instrumentos de desenvolvimento” (*idem*).

A operacionalização das “oportunidades de aprendizagem” e do processo de tornar os eleitores “nos verdadeiros agentes no processo do exercício do poder” significou que a governação aberta tornou-se também numa instituição de monitoria da execução dos programas do governo a nível local. As visitas tornaram-se em oportunidades para as lideranças ouvirem, dos representantes locais do Estado, sobre os progressos no combate à pobreza, definida como missão do governo de Guebuza, mas também ouvir a avaliação da população sobre o desempenho dos próprios representantes locais do Estado. Como resultado destas avaliações, geralmente feitas nos espaços reservados para as intervenções da população durante os comícios, vários representantes locais do Estado foram substituídos em consequência da exposição pública do seu mau desempenho. Por exemplo, no distrito de Zavala, em consequência de uma discussão acesa sobre o projectos dos “7 milhões”⁷ ocorrida numa sessão do Conselho Local do Distrito orientada pelo governador da província no contexto de uma visita de governação aberta, o director distrital das actividades económicas e o director do Serviço de Informações e Segurança do Estado ao nível do distrito foram removidos das suas posições. No distrito de Homoine, o então governador provincial, Itai Meque, exonerou o Secretário Permanente por alegada gestão danosa do fundo dos “7 milhões.”⁸

Para compreender a prática e os efeitos das visitas da governação aberta, precisamos de ir para além dos objectivos proclamados nos documentos da Presidência da República ou nos discursos do Chefe do Estado, ministros ou governadores provinciais. Precisamos também de distanciarmo-nos de perspectivas clássicas de análise de fenómenos e processos políticos que normativamente insistem em trajectórias e modelos que não encontram correspondentes nas práticas de governação usadas no dia-a-dia.⁹ Assim, ao invés de questionarmos se a governação aberta oferece real-

⁷ Antes criado por iniciativa presidencial e designado Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais e, actualmente, oficializado como Fundo de Desenvolvimento Distrital, este fundo ficou popularmente conhecido por “7 milhões,” valor alocado aos distritos na altura da criação em 2006.

⁸ Em 2008 e 2009, os *media* reportaram casos similares em diferentes partes do país, incluindo exonerações que se seguiram a visitas do Presidente da República como resultado de queixas e denúncias populares relativas à gestão dos “7 milhões.”

⁹ Para discussões inspiradas na realidade moçambicana e que tomam uma posição crítica em relação ao neopatrimonialismo entanto que abordagem normativa, veja, por exemplo, Macamo (2002) e Sumich (2008).

mente uma oportunidade para os líderes aprenderem com as comunidades, como refere o documento da Presidência da República, ou se ela é realmente uma instituição de participação comunitária e de monitoria da implementação dos programas do governo, como sugerem Leininger *et al* (2012), parece-me que encontraríamos novos subsídios para a compreensão do fenómeno se as nossas questões derivassem da prática do exercício da governação aberta.

Tomar, simultaneamente, os discursos e as práticas como matéria de estudo significa reconhecer que, na análise de processos políticos, os discursos oficiais não têm necessariamente que corresponder aos discursos e práticas no terreno. Significa também aceitar que, num determinado sistema político, instituições podem ser criadas e usadas de formas que não obedeçam necessariamente a critérios definidos por análises baseadas em diferentes variantes do institucionalismo.¹⁰ Nesta perspectiva, a governação aberta não pode ser concebida como uma instituição informal como defendem Leininger *et al.* (2012) na sua análise da Presidência Aberta e Inclusiva. No terreno, a governação aberta é também mais do que um exercício de participação comunitária e monitoria dos programas do governo pois a forma como a participação e a monitoria são feitas revelam novas dimensões para análise da instituição.

Partindo de observações de várias visitas de nível central, provincial e distrital realizadas no âmbito da governação aberta nos distritos de Inharrime e Zavala,¹¹ sigo a proposta de Moacir Palmeira (2002) que sugere que, para além da noção clássica de tempo concebido como categoria cronológica, sejamos capazes de reconhecer o tempo como uma categoria nativa. A partir dos seus trabalhos sobre períodos eleitorais numa zona rural do Brasil, Palmeira e Heredia notaram como comícios e reuniões produzem momentaneamente um “tempo da política” no qual as eleições propriamente ditas não eram necessariamente o objectivo final mas sim a “contaminação” do quotidiano com a “política”, estabelecendo, ao mesmo tempo, uma ordem durante essa competição” (1993, p. 86). Contrariamente à dimensão cronológica do tempo e ao senso comum sociológico que percebe a ordem em termos orgânicos ou mecânicos ou em termos de “esferas” ou “domínios,” Palmeira acrescentou mais tarde que a sociedade pode ser organizada em torno de diferentes *tempos* nos quais se pode postular “um conjunto de actividades adequadas e um ritmo próprio à sua consecução em um determinado momento” (2002, p. 172).

¹⁰ Para uma discussão sobre diferentes variantes do institucionalismo, veja March e Olsen (1984) e Hall e Taylor (1997).

¹¹ Durante os 18 meses de trabalho de terreno em que observei e participei de visitas no âmbito da governação aberta, acompanhei também os preparativos de visitas que foram realizadas com poucos dias de antecedência e visitas que foram adiadas ou canceladas.

Como Palmeira (2002), ao empregar a expressão *tempo* das visitas da governação aberta, não estou fazendo referência ao momento cronológico em que elas acontecem, têm vindo a acontecer ou à duração das visitas. Refiro-me a um conjunto de acções e discursos que transformam o ritmo e a organização das actividades nas zonas visitadas mas que, simultaneamente, revelam a produção de uma temporalidade como estratégia efectiva de governação. Em Inharrime e Zavala, esse *tempo* é captado em termos nativos pela expressão *nhima-nhima* que, em diferentes línguas nacionais faladas localmente, é usada para caracterizar a correria e agitação generalizada por parte de todos os envolvidos nos preparativos das visitas. Para melhor caracterizar este *tempo*, apresento a seguir uma descrição resumida de uma visita em governação aberta realizada pelo então governador da província de Inhambane, Francisco Itai Meque, ao distrito de Inharrime.

UMA VISITA EM GOVERNAÇÃO ABERTA AO DISTRITO DE INHARRIME

Em Junho de 2008, o então governador da província de Inhambane visitou o distrito de Inharrime em governação aberta. A visita durou três dias e tinha sido planeada com a devida antecedência pelos representantes do Estado e funcionários públicos a nível distrital. Já no mês de Maio, várias comissões de trabalho tinham sido criadas e alguns directores de serviços distritais tinham recebido orientações para acompanhar e apoiar os preparativos nas localidades onde serviam como patronos.

A partir das reuniões do governo distrital alargadas a chefes de postos e de localidades e convidados, até às diferentes comissões de trabalho responsáveis pelo protocolo e actividades culturais, as principais questões em discussão desenvolviam-se em volta da mobilização para a participação massiva da população, construção de uma casa adequada na *xizinda* do régulo a ser visitado e quais os locais a serem visitados. O responsáveis das comissões de trabalho deviam não só garantir que a informação sobre a visita circulasse para a população, via chefes de localidade e líderes comunitários, como também fazer visitas prévias aos locais que podiam ser considerados como bons exemplos do distrito a mostrar ao governador. Uma das questões que preocupava as comissões de trabalho era que começavam a escassear casos de sucesso para serem visitados pelo governador, uma vez que o governador havia tornado as visitas em governação aberta um exercício regular. “O governador não pode visitar sempre os mesmos povoados e os mesmo projectos”, explicou-me

um membro de uma das comissões de trabalho. À medida que a data da visita se aproximava, a própria administradora desdobrava-se em visitas aos povoados seleccionados para garantir que a informação havia chegado e que era importante a participação das estruturas locais e da população.

Pelo início da manhã do primeiro dia da visita, o governador foi calorosamente recebido à entrada do distrito, no limite com o distrito de Jangamo. Um grupo de crianças do ensino primário, a administradora, representantes do partido e da OMM foram transportados para o local para darem as protocolares boas-vindas. Uma vez na sede do distrito, o governador reuniu-se com o governo distrital em sessão extraordinária, seguindo-se depois uma sessão do Conselho Consultivo do Distrito. No início da sessão, um membro da sociedade civil apresentou o “Informe do Conselho Consultivo” por ocasião da visita do governador. O informe resumiu-se à apresentação em números da mais recente alocação dos “7 milhões.” A intervenção do governador, que se seguiu ao informe, concentrou-se sobre o mesmo assunto, com repetidas explicações sobre quem devia beneficiar do fundo dos “7 milhões” e que aquele dinheiro “não era para ser distribuído entre familiares e amigos, mas, sim, para os pobres.”¹² À tarde o governador reuniu-se com as ODM e depois foi visitar as associações Kokwela Kabassa e dos deficientes, ambas beneficiárias dos “7 milhões” naquele ano.

No segundo dia o governador deu início às suas actividades com o acompanhamento do tratamento de gado, reposição das crias e reafecção, para outras famílias, de gado inicialmente distribuído em 2006. Na mesma manhã visitou o campo de hortícolas de um privado e um pescador artesanal também beneficiários dos fundos dos “7 milhões.” Ainda durante a manhã foram visitadas as oficinas da escola profissional Domingos Sávio, instituição criada e dirigida por Irmãs Salesianas de Don Bosco e que apoia crianças necessitadas oferecendo competências técnicas para o auto-emprego. De seguida foi visitar o Centro Orfanato da Escola Secundária Laura Vicunã, criado e gerido por Irmãs do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora.

O princípio da tarde foi reservado para uma reunião com os funcionários públicos. Depois dessa reunião, seguiu-se o momento central da visita – a pernoita na casa de um dos régulos do distrito. À chegada a casa do régulo, o governador foi recebido por uma audiência composta maioritariamente por crianças e membros do protocolo que estavam envolvidos na preparação da logística e refeições. Seguiu-se uma cerimónia tradicional para que os espíritos abençoassem os visitantes e o

¹² Para uma leitura crítica da aplicação dos 7 milhões, veja Orre e Forquilha (2012).

trabalho que estes tinham ido realizar. Por fim, realizou-se uma conversa à volta da fogueira e uma festa que decorreu pela noite adentro.¹³

A manhã do terceiro e último dia começou com um comício programado para as 8 horas na sede da localidade de Mahalamba. Uma hora depois não havia população suficiente para dar lugar ao comício. Na *xizinda* do régulo, com o pequeno-almoço tomado, o governador aguardava, na companhia da administradora, pelo sinal da equipe do protocolo para fazer-se ao local do comício. Na área da reunião pública, o chefe da localidade e as estruturas locais desdobravam-se em esforços para convidar pessoas ao comício. No pequeno mercado do povoado sede de Mahalamba, os poucos comerciantes que começavam a abrir os seus estabelecimentos e barracas foram obrigados a fechá-los para se fazerem ao local do comício a cerca de 400m de distância. Um dos líderes comunitários da localidade tomou um megafone para apelar aos residentes das casas circunvizinhas a participarem no comício. O exercício foi pouco produtivo visto que, pela dispersão das casas, menos de uma dezena de famílias podia ouvir os apelos do líder comunitário. Também, como é sabido pelos chefes de localidade e estruturas locais, às 9 horas poucos residentes teriam regressado das suas machambas.¹⁴

Foi com a presença de um grupo de crianças da EPC de Mahalamba, situada também a cerca de 300m do local onde ia decorrer o comício, que começou a constituir-se a audiência para o comício do governador. Quando o governador chegou, foi recebido pelo chefe do posto, pelo chefe da localidade, por líderes comunitários e estruturas locais e por três turmas de crianças do ensino primário que cantavam bem alto – “Boas-vindas, Sua Excelência; boas-vindas a Mahalamba!” Depois de se sentar na tribuna construída a propósito da visita, a audiência para o comício constituiu-se rapidamente pelas três turmas de alunos do ensino primário, membros do protocolo e comitiva que haviam pernoitado na *xizinda* do régulo, um grupo cultural e pouco mais de duas dezenas de residentes da vila sede de Mahalamba.

Depois de alguma hesitação, dada a composição da audiência (claramente dominada pelo grupo de crianças excitadas que, em resposta à saudação do gover-

¹³ Para uma análise detalhada das pernoitadas durante a governação aberta veja “*Xitiku ni mbaula: state officials and the performance of territoriality in Mozambique*” (Gonçalves, 2013).

¹⁴ Vivendo e muitas vezes sendo membros das comunidades onde trabalham, os chefes de localidade desenvolveram um código com as comunidades com base no qual a hora anunciada para uma reunião é apenas uma indicação, sendo que na prática as reuniões começam uma ou duas horas após a hora indicada. No caso, por imposição daqueles que tiveram a última palavra sobre o programa da visita o chefe da localidade e as estruturas locais viram-se no tempo de *nhima-nhima*, desdobrando-se em correrias e acções quase que desesperadas para conseguir constituir uma audiência para o comício do governador.

nador – crianças de Mahalamba, hoyeeee! –, respondiam alto e em uníssono: Hoyeeeeeeee!!!), o governador decidiu prosseguir com o comício para o alívio da administradora, do chefe do posto, do chefe da localidade e das estruturas locais. O discurso centrou-se nos “7 milhões” e o governador repetiu o discurso feito no dia anterior na sessão do Conselho Consultivo. Esse foi o último acto público da visita que terminou ao início da tarde, depois de uma reunião de balanço com os membros do governo distrital.¹⁵

A visita do antigo governador da província de Inhambane ao distrito de Inharrime ilustra como a governação aberta transforma o ritmo das actividades no distrito. A constituição de comissões de trabalho para os preparativos das visitas significa muitas vezes que as actividades dos sectores dos membros dessas comissões são parcialmente interrompidas, ora porque estes responsáveis estão reunidos, ora porque estão realizando visitas de avaliação do progresso dos preparativos. Por economia de espaço, omiti a descrição detalhada do exercício para garantir a participação de grupos culturais que nem sempre existem nas povoações visitadas ou não estão disponíveis para fazer longas viagens para animar as visitas, ou a descrição do processo de construção da residência para o repouso do governador,¹⁶ de construção da tribuna,¹⁷ da alimentação dos membros da comitiva e da população¹⁸ ou da manutenção das estradas ou vias de acesso para os locais onde foram visitados projectos ou realizou-se o comício.¹⁹ Tudo isto significa que, pelo menos nas áreas abrangidas pela visita, todos os representantes locais do Estado, estruturas e agentes económicos se concentram nos preparativos da visita.

¹⁵ Descrição resumida a partir de notas da observação e participação da visita do governador da província em governação aberta ao distrito de Inharrime, posto administrativo de Mocumbi, localidade de Mahalamba, 12.06.08.

¹⁶ Embora o princípio das visitas da governação aberta seja “viver e aprender com as comunidades”, as condições criadas para o repouso dos visitantes são mais parecidas com as existentes nos seus palácios onde há água nas torneiras, energia e mobiliário a condizer com o estatuto do visitante. Estas residências, construções novas ou reabilitações de edifícios antigos são depois atribuídas aos líderes comunitários e chefes tradicionais visitados, no caso de visitas de governadores e administradores, ou às localidades, nos casos de visitas do Presidente da República.

¹⁷ No processo de construção de tribunas, há frequentemente difícil acesso a materiais de construção convencionais, geralmente disponibilizados pelo governo distrital ou por um agente económico local à última hora. Outras vezes acontece que as tribunas são construídas para mais tarde serem reconstruídas porque uma visita de avaliação do progresso dos preparativos reprovou as dimensões ou a localização destas.

¹⁸ Dada a reunião de um grande número de pessoas, as visitas realizadas no contexto da governação aberta exigem que agentes económicos e equipas de protocolo locais ofereçam serviços muito acima das suas capacidades.

¹⁹ Visto que geralmente são encontradas soluções temporárias para garantir a circulação nas vias de acesso e estradas, muitas vezes basta a mínima chuva para que os exercícios para encontrar soluções temporárias para estradas e vias de acesso sejam repetidos.

Na apresentação do caso, faço menção ao facto de o discurso do governador ter-se concentrado na gestão dos projectos dos “7 milhões.” A visita ocorreu no período que se seguiu aos ataques de xenofobia na República da África do Sul em Junho de 2008, amplamente difundidos pelos *media*. Nesse contexto, o governador dedicou parte do seu discurso a exortar para que os moçambicanos acolhessem os seus compatriotas forçados a regressar ao país, e desencorajou possíveis planos de retaliação e ataques xenófobos a cidadãos sul-africanos no distrito. O discurso também celebrou as realizações do governo, dando enfoque aos resultados dos “7 milhões.” Efectivamente, em Inharrime e Zavala e no resto do país, as visitas da governação aberta tornaram-se momentos para esclarecimentos e monitoria sobre como usar os “7 milhões.” No processo, outras questões como as distâncias para as escolas e hospitais, a construção de pequenas pontes, acesso à rede de telefonia móvel e ao sinal de televisão encontravam espaço marginal para discussão durante os comícios.

Na descrição da visita acima, faço referência a um momento de agitação vivido pelo chefe da localidade e pelas estruturas de Mahalamba ante a possibilidade de ter que se cancelar o comício marcado para as 8 horas da manhã por não haver um número suficiente de pessoas para constituir uma audiência para o governador. Dada a hora para a qual havia sido marcado o comício, o chefe de localidade e as estruturas locais não estavam espantados com a ausência da população, mesmo estando seguros de terem feito um bom trabalho de mobilização para o comício. O chefe da localidade e o líder comunitário estavam também conscientes de que o exercício de conduzir para o comício todos os que se encontravam no mercado da sede da localidade e o uso do megafone para apelar para a participação dos residentes nas casas circunvizinhas não iria resultar num aumento significativo de participantes ao comício. A razão era que às 9 horas os residentes ainda se encontravam nas machambas. Contudo, era importante que o chefe da localidade e as estruturas locais mostrassem, com actos, a preocupação e procura de soluções porque o *tempo* da visita da governação aberta assim determinava.

As visitas realizadas no contexto da governação aberta oferecem-se para múltiplas análises.²⁰ Para o propósito deste artigo, apresento a seguir três momentos-chave das visitas observadas em Inharrime e Zavala, mas que encontram correspondentes nas visitas realizadas em outras partes do país, de acordo com o estatuto do visitante.

²⁰ Para outras análises veja, por exemplo, Leininger *et al.* (2012) e Gonçalves (2013).

RECEPÇÕES CALOROSAS, COMÍCIOS E GRANDES REALIZAÇÕES

No balanço de uma série de visitas em presidência aberta conduzidas em 2006, o Presidente Armando Guebuza constatou um conjunto de situações que o deixaram preocupado:

- dirigentes que insistem em cumprir os seus planos iniciais, ignorando a necessidade de ajustá-los às decisões centralmente tomadas;
- dirigentes que apresentam os resultados alcançados sem contudo fazerem referência às metas estabelecidas e ao índice do seu cumprimento;
- dirigentes que não se preocupam em quantificar as suas realizações nem respeitar ou exigir o cumprimento de prazos estabelecidos;
- dirigentes que reportam acções de rotina, em nome de actividades planificadas que, quando as procuramos no plano anual, encontram-se omissas;
- e instituições que abandonam o que planificaram para fazer outra coisa que pode ou não coincidir com o que foi planificado (2007, p. 195).

A preocupação de Guebuza transcrita no parágrafo acima capta, de forma singular, aquilo que caracteriza as visitas da governação aberta até aos dias de hoje. Mesmo reconhecendo que a dinâmica das visitas tem especificidades de acordo com os distritos onde elas são realizadas, no *tempo* das visitas da governação aberta os representantes locais do Estado e funcionários públicos estão em primeiro lugar preocupados em *mostrar* o “cumprimento” dos planos, o “alcance” das metas e em reproduzir o discurso oficial, mesmo que isso os leve a apresentar resultados que não coincidam “com o que foi planificado.”

Esta preocupação generalizada com as representações pode ser captada pela forma como as visitas da governação aberta são orquestradas, principalmente em três momentos característicos: as recepções aos visitantes, onde é manifesta a preocupação em representar controlo sobre a população; os comícios, onde se dá ênfase à dimensão performativa do discurso e à apresentação das grandes realizações, onde as visitas a projectos de desenvolvimento e infra-estruturas são apresentadas como evidências de progresso na implementação dos programas do governo e no combate à pobreza.

Nesta secção, faço recurso a visitas da governação aberta de dirigentes a vários níveis para animar esta caracterização de três momentos-chave das visitas, introduzindo simultaneamente diferentes actores e os respectivos papéis no *tempo* das visitas da governação aberta.

A RECEPÇÃO CALOROSA

“Guebuza chegou aqui a Mararange, havia tanta gente que quando os helicópteros começaram a aterrar alguns presentes na multidão desmaiaram por falta de ar mas foram prontamente socorridos pelo pessoal da Cruz Vermelha. Quando Guebuza desceu perguntou: ‘De onde vem toda esta gente?’ Nós respondemos – é o seu povo que veio para lhe receber.”²¹

A recepção preparada para a visita presidencial em Mararange descrita acima é o modelo ideal para qualquer representante local do Estado que hospeda uma visita no âmbito da governação aberta. Uma recepção calorosa produz-se, acima de tudo, pelo número de presentes na altura da chegada do visitante. Mas, independentemente do número de pessoas no momento da chegada ao distrito ou a um comício, é importante dar conta da composição desses grupos de actores que produzem recepções calorosas.

O primeiro grupo de actores é constituído por aqueles que directa ou indirectamente estão envolvidos na preparação das visitas. Este grupo inclui as estruturas político-administrativas da província, distrito, posto ou localidade visitada. Os representantes do Estado, a contar do nível hierarquicamente inferior ao do visitante, apresentam-se seguindo a ordem da divisão administrativa na área visitada. A seguir a estes, os representantes do partido e depois as estruturas²² locais a nível do distrito, zona, círculo, povoado, bairros, 10 casas, conforme a organização administrativa da zona.²³ A estes juntam-se os líderes comunitários, figuras de autoridade espiritual e representantes e membros da OMM, da OJM e da OCM, intérpretes e funcionários públicos.²⁴

É importante destacar o papel da OMM e da OJM na mobilização de cidadãos, que não têm de ser necessariamente membros dessas organizações, e no apoio que prestam na preparação da alimentação e logística para as visitas. As mulheres da OMM também tomam a liderança nos cânticos de celebração que animam os diferentes momentos da recepção e dos discursos, respondendo alto e em uníssono aos *slogans* do partido.

²¹ Relato feito por funcionários do Posto Administrativo de Mirate sobre a Presidência Aberta à localidade de Mararange, província de Cabo-Delgado, distrito de Montepuez, Posto de Mirate, localidade de Mirate-sede, 16.04.13.

²² O termo “estrutura” é tradicionalmente associado a figuras que ocupam posições de liderança nos vários níveis de organização do partido Frelimo e da estrutura administrativa do Estado. Na forma que o termo é empregue hoje, podem ser referidos como “estruturas” pessoas que ocupem posições de responsabilidade em instituições que não foram criadas pelo partido no poder ou pelo Estado.

²³ O ideal é que estejam presentes os chefes de células, círculos, comités de zonas, OMM e OJM, mas muitas vezes este grupo resume-se a figuras de topo da hierarquia partidária, representantes e membros da OMM e, com cada vez maior participação, membros da OJM.

²⁴ Nas localidades mais distantes das sedes distritais, este grupo é composto, principalmente por professores, enfermeiros e extensionistas rurais.

Normalmente estas visitas não acontecem sem que uma figura de autoridade espiritual esteja presente. Os comícios iniciam-se, geralmente, com orações das religiões predominantes nessas áreas e as inaugurações de infra-estruturas são precedidas de veneração aos espíritos antepassados locais. Estes rituais podem ser liderados por chefes tradicionais, líderes religiosos ou, na ausência destes, alguém que possa pedir a bênção para que “todo trabalho que o visitante veio realizar na área corra bem.” Estas figuras de autoridade espiritual também rogam pelo bem-estar do visitante e para que estes tenham sabedoria para realizar melhor o seu trabalho na condução dos destinos do país, província ou distrito, conforme o caso.

O segundo grupo de actores é composto pelos próprios membros da comitiva do visitante que inclui membros do governo, ministros ou directores provinciais. De acordo com os casos, fazem parte da comitiva também representantes do partido a vários níveis, elementos da força de segurança, directores, jornalistas e convidados. As comitivas das visitas acima do administrador do distrito normalmente incluem convidados. Os convidados são pessoas que têm um interesse em conhecer melhor as comunidades visitadas, normalmente porque apoiam financeiramente essas comunidades, ou pessoas com experiências de sucesso em diversas áreas que devem ser partilhadas com as comunidades visitadas.²⁵ Existem também, a nível provincial e distrital, padrinhos, geralmente funcionários séniores, que têm a responsabilidade de assistir tecnicamente uma determinada área territorial e trabalham como “advogados” em matérias relacionadas com a prestação de serviços ou até mesmo com a organização de visitas de altos dignitários. Em alguns casos, o Presidente da República viaja com embaixadores que podem ser convidados e também padrinhos desses comunidades.

A comitiva inclui, também, pessoal do protocolo e elementos da força de segurança para garantir a integridade física dos visitantes, mas também para manter a ordem retirando aqueles que causam distúrbios, principalmente durante os discursos.

A participação dos funcionários públicos é, sempre que possível, coagida por funcionários hierarquicamente superiores e pela pressão de pares. A não participação de um funcionário é interpretada como se este pertencesse à oposição. Entre os funcionários públicos, espera-se que os professores primários participem nestes eventos, principalmente porque lhes cabe a responsabilidade de conduzir dezenas de alunos para participarem nas visitas. Outras figuras de destaque são o pessoal da

²⁵ Entre os convidados podem estar desde embaixadores, representantes de organizações não governamentais estrangeiras, até empreendedores que se destacam no combate à pobreza.

saúde e os extensionistas rurais. É dentre os funcionários públicos, especialmente os professores, que são escolhidos os Mestres de Cerimónia (MC) quando a preferência não é dada a pessoas com posições relevantes no partido. A escolha do MC não deve ser tomada com leveza, uma vez que o seu papel não se resume apenas à apresentação do programa e dos intervenientes. Dele depende a animação do evento. Com o apoio de entusiastas, os MC têm a tarefa de ensinar ao público novos *slogans* e respostas e, ao mesmo tempo, garantir que os comícios sejam animados antes e durante a alocução do principal orador.

O terceiro grupo de actores que contribui para as recepções calorosas é a população. Em princípio, o termo “população” é usado para se referir aos residentes das áreas visitadas que não fazem parte do grupo dos representantes locais do Estado e das estruturas. Na prática, cabem nesta categoria a maioria dos actores presentes no evento, excepto aqueles que ocupam lugares na comitiva e na tribuna. Para efeitos desta descrição, devo mencionar alguns actores não referidos acima e que se destacam: os médicos tradicionais, os influentes, os jovens, as crianças e os grupos culturais.

Da população, geralmente, espera-se que alguns influentes façam intervenções durante o comício. Por regra as mulheres são convidadas a falar e os largos contingentes da OMM sempre presentes fazem uso dessa oportunidade. Dependendo da posição do visitante, as crianças podem ajudar a constituir uma audiência numerosa, especialmente quando as visitas da governação aberta acontecem em zonas remotas e com grande dispersão populacional. Enquanto o trabalho de mobilização dos cidadãos deixa, em última instância, para escolha individual a decisão de participar ou não nas visitas, as crianças não têm escolha: são conduzidas pelos professores que, vezes sem conta, interrompem o curso normal de aulas para que as crianças ajudem a cantar “boas-vindas” e aumentam a massa populacional que constitui a audiência.

Se a presença de crianças pode ser determinante para a constituição de numerosas audiências, não se pode imaginar uma recepção ou comício sem grupos culturais. A questão é que o som dos batuques atrai audiências nas horas e minutos que antecedem a chegada dos visitantes ou o início dos comícios. Normalmente, os comícios são antecedidos por uma espécie de espectáculos com as mais desinibidas actuações que decorrem antes do momento formal do comício onde cada grupo tem espaço e tempo limitado para actuar. As actuações que precedem o comício chegam a ser autênticos concursos e contam com a participação de membros da audiência e funcionários públicos locais que, mesmo no meio da ansiedade e stress dos preparativos, não se coíbem de demonstrar os seus dotes de canto e dança.

Por fim, devo mencionar que a presença de jornalistas geralmente reflecte a importância do evento. Mas o real valor da presença de órgãos de informação é garantir que o evento seja difundido, pois um evento não noticiado não é conhecido para além daqueles que nele participaram. O Presidente, os governadores e, em menor escala, os administradores têm jornalistas que os acompanham regularmente nessas visitas para garantirem que as visitas da governação aberta sejam documentadas e difundidas. Em Inhambane, o governador tinha um funcionário que gravava todos os eventos, mesmo que houvesse cobertura dos meios de comunicação públicos. No distrito de Inharrime, onde não havia uma rádio comunitária, as visitas da administradora contavam com a presença do fotógrafo do partido que garantia que essas visitas ficassem registadas em arquivo fotográfico.²⁶

COMÍCIOS

Os comícios são o momento central das visitas. Eles são a ocasião para o contacto directo entre os visitantes e a população. É durante os comícios que os visitantes “aprendem” e “trocam experiências” com a população. É também durante os comícios que a população, representada por um número limitado de participantes, tem a oportunidade de agradecer e fazer críticas ao desempenho do governo a nível central e a nível local. Mas, na prática, tudo isto acontece com nuances de um monólogo e uma “participação” controlada dos poucos que chegam a subir a tribuna.²⁷

As intervenções dos visitantes são geralmente alinhadas aos discursos do Presidente da República. Nesse sentido, os discursos dos governadores provinciais e administradores distritais não dão enfoque às dinâmicas e aos principais assuntos nas comunidades visitadas. Optando geralmente pela exortação, as intervenções dos visitantes acabam dando enfoque ao que a realidade devia ser e ao que as comunidades devem fazer. Durante o período de trabalho de campo em que foram recolhidos os materiais para este capítulo, o enfoque era dado ao combate à pobreza através do combate à corrupção, ao aumento das áreas de cultivo, ao abandono da preguiça, ao uso adequado dos “7 milhões” e à participação nos pleitos eleitorais.

Em grande medida, as intervenções dos visitantes servem para delinear que assuntos podem ser discutidos e o que pode ser dito. Para ilustrar este ponto, basta lembrar um momento do comício do antigo governador da província de Inham-

²⁶ Nisto, o Presidente da República lidera, por exemplo, contando já com duas publicações sobre a Presidência Aberta. Veja GEPR (2209) e Matusse, Mueche e Munfumbwe (2009)..

²⁷ Para uma discussão detalhada dos momentos em que os visitantes e membros da população se fazem à tribuna, veja Gonçalves (2012).

bane em visita à localidade de Mahalamba. Depois de referir que havia visitado machambas de arroz e tinha visto muita produção, e que as pessoas lhe pediam que ajudasse a colocar a produção no mercado, alguém na audiência retorquiu que não havia chovido e, por isso, havia fome na região. Em resposta, o governador perguntou ao interveniente na audiência se era possível que tivesse chovido apenas na machamba do vizinho daquele que se havia pronunciado. Combinada com outras passagens do discurso proferido no mesmo comício onde o governador advertia que as pessoas não deviam ser preguiçosas e que a cada visita em governação aberta deviam parar de dizer – “Senhor governador, *ndzala, ndzala* (fome, fome)” – aos membros da audiência eram dados a conhecer os limites sobre o que era permitido dizer.

Se os discursos dos visitantes estabelecem os limites do que pode ser dito, o momento em que os membros da população têm a oportunidade para falar a partir da tribuna é quando fica demonstrado “como se deve dizer.” Considerado por aqueles que conceberam a governação aberta como momento de participação popular por excelência, as intervenções dos membros da população seguem o código da “crítica construtiva.” A fórmula é simples: todas as intervenções devem fazer elogios ao trabalho e às grandes realizações do governo. Mesmo quando a intenção do interveniente tem como objectivo apresentar críticas ao desempenho do governo, esta deve começar pelos elogios para que o autor não seja confundido como um novo “inimigo interno” ou “apóstolo da desgraça.”²⁸

Visto que geralmente é dada a oportunidade para falar a partir da tribuna apenas a um grupo limitado de pessoas, levanta-se a questão de como são escolhidos aqueles que falam a partir da tribuna. Em princípio, existe um grupo do protocolo que no momento do comício selecciona as pessoas que intervêm, procurando encontrar uma representatividade de género e idade. Mas há dois problemas que se colocam imediatamente: por um lado, há interesse dos representantes locais do Estado em controlar aqueles que tomam a palavra, pois uma crítica apresentada por um membro da população pode levar à exoneração de figuras de topo na administração local do Estado, como é o caso dos administradores. Por outro lado, não há como garantir que os interesses e as preocupações de uma comunidade sejam efectivamente representadas por cinco ou quinze intervenientes que têm a possibilidade de falar a partir da tribuna. Na prática as coisas são mais complexas.

²⁸ Exemplos disto podem ser encontrados nos discursos e intervenções reproduzidas em GEPR (2009) e Matusse, Mueche e Mungambe (2009).

Em Inharrime e Zavala assisti a várias reuniões de mobilização da população para participarem em visitas de governação aberta em que alguns representantes locais do Estado diziam explicitamente à população: “Não é para vocês nos envergonharem.” Também assisti e participei na escolha de representantes da comunidade e na redacção de mensagens a serem lidas em comícios realizados no âmbito da governação aberta. No entanto, nos dias dos comícios, muito do planeado não acontecia. Se alguém tivesse sido previamente escolhido pelos representantes locais do Estado para falar em nome da população local, não havia garantias de que um discurso improvisado não pudesse iniciar e, eventualmente, desembocar em duras críticas ao trabalho dos representantes locais do Estado. Até pessoas seleccionadas para falar podiam perder lugar para aqueles que, no momento do anúncio da abertura do espaço para as intervenções da população, se lhes antecipavam e apresentam-se às escadas de acesso à tribuna. Também não havia garantias de que uma mensagem escrita pela população local, cuidadosamente elaborada com a supervisão dos representantes locais do Estado e do partido no poder, fosse aprovada pelos membros do protocolo vindos da capital provincial ou de Maputo, a capital do país.

Por mais que representantes locais do Estado, funcionários públicos e membros das equipas de protocolo procurem controlar as intervenções da população, a espontaneidade e às vezes a excitação de alguns intervenientes podem causar momentos embaraçosos para os hospedeiros assim como para os visitantes. Algumas vezes, tomaram a palavra na tribuna indivíduos de distritos já visitados ou não incluídos no programa de uma determinada visita para apontar assuntos específicos desses distritos. Outras vezes, os intervenientes animaram-se e quebraram as regras do código da “crítica construtiva” e dirigem-se directamente ao Presidente da República pedindo que aceite os seus projectos para financiamento via “7 milhões” ou para criticar o presidente por já não fazer o combate à corrupção com o mesmo empenho demonstrado no início do seu mandato.

No que respeita às intervenções nos comícios, é importante notar os esforços dos visitantes em ter acesso a intervenientes que não tenham sido instruídos para apresentar uma boa imagem do trabalho realizado pelos representantes locais do Estado. Por exemplo, actualmente, durante as visitas da Presidência Aberta, há a possibilidade de acesso à tribuna por cada uma das entradas laterais. Qual dos lados vai ser aberto para receber intervenções da população é decidido no momento. A equipa do protocolo também investe em recolher informação e preocupações de

pessoas que pretendiam falar a partir da tribuna mas que, dado o limite no número de intervenientes, não o puderam fazer.

AS GRANDES REALIZAÇÕES

Se nas intervenções dos visitantes há um enfoque para uma pedagogia do que pode ser dito, e nas intervenções da população a partir da tribuna assiste-se à tendência de abordar os assuntos seguindo o código da “crítica construtiva,” há um assunto que não escapa às intervenções dos visitantes, nem à dos membros das audiências: as grandes realizações do governo. No período da realização do trabalho de campo, o governo publicitava o facto de ter construído muitas infra-estruturas sociais. A construção da ponte Armando Emílio Guebuza sobre o rio Zambeze em Caia, que possibilitou a ligação entre o Centro e o Norte de Moçambique, e da Ponte da Unidade sobre o rio Rovuma ligando Moçambique à Tanzânia foram duas grandes infra-estruturas referidas com frequência. Contudo, o acontecimento mais mediatizado foi a reversão, para o governo Moçambicano, da hidroeléctrica de Cahora Bassa na província de Tete. Esse evento foi popularizado pela disseminação da frase do fim do discurso do Presidente da República na altura da assinatura do acordo: “Cahora Bassa já é nossa.”²⁹

As visitas da governação aberta não só permitem a inauguração de infra-estruturas como escolas, hospitais, estradas e pontes, balcões de bancos comerciais, mas também, para o caso das visitas dos governadores e administradores, a investidura de líderes comunitários entanto que representantes locais do Estado. Contudo, a governação aberta proporciona uma ocasião especial para visitar e confirmar como “os 7 milhões estão a mudar os distritos.”³⁰ Em linha com o discurso oficial, durante o período em que decorreu o trabalho de campo para esta pesquisa, recomendava-se a inclusão, nos programas da governação aberta, de visitas a camponeses de sucesso ou a associações de camponeses, encontros com membros dos Conselhos Locais, líderes comunitários e chefes tradicionais. Para as visitas presidenciais era recomendado que, para além da inauguração e visitas a infra-estruturas e empreendimentos económicos, encontros e comícios, as propostas de programa das visitas elaboradas

²⁹ Para alguns moçambicanos, a construção destas grandes de infra-estruturas não significou necessariamente um benefício directo que se traduz na melhoria das suas condições de vida. A ponte sobre o rio Rovuma em Cabo-Delgado serve marginalmente a economia moçambicana porque não foram reabilitadas estradas que possam permitir maior tráfego para o posto administrativo de Negomano no distrito de Mueda onde está localizada a ponte do lado Moçambicano. Apesar da expansão efectiva da rede de energia eléctrica no país, a qualidade da energia oferecida precisa de ser melhorada.

³⁰ O discurso optimista do Presidente da República reproduzido nos *media* parece sempre ser confirmado pela realidade. Veja, por exemplo, “Guebuza acredita que os 7 milhões estão a mudar os distritos” in *Notícias*, 27/10/08.

pelos distritos deviam incluir visitas e encontros com influentes, autoridades tradicionais, associações de produtores, agentes económicos locais e encontros com membros do partido Frelimo (MAE, 2006).

Em alguns casos, as visitas dos governadores e administradores são também ocasiões para premiar, ao estilo da emulação socialista das décadas logo a seguir à independência, empreendedores exemplares alguns dos quais são integrados nas comitivas para serem apresentados pelos distritos. Em Inharrime, durante uma visita a beneficiários dos “7 milhões,” a administradora premiou, com uma bicicleta e meios de produção, uma camponesa que produziu milho em quantidades suficientes para ser comprado e exportado para a África do Sul com a ajuda de um agente económico local. O próprio governador chegou a incluir na sua delegação um jovem empreendedor de sucesso proveniente da cidade de Inhambane como exemplo de um empreendedor de sucesso.³¹ Recentemente em Quissanga, Cabo-Delgado, a administradora do distrito e o secretário permanente orgulhavam-se de poder apresentar para o Presidente da República um jovem empreendedor que, fazendo uso da *jatropha*, produz energia para o funcionamento de uma fabriqueta de processamento de arroz, iluminação através de candeeiros para o uso doméstico, sabão e fertilizantes para machambas. Estes projectos eram ideais para mostrar ao Chefe do Estado em visita à província também porque algumas das competências na produção de energias e produtos a partir da *jatropha* eram passadas para camponesas.³²

A importância de mostrar aos visitantes casos de sucesso é tal que os projectos seleccionados para as visitas são cuidadosamente escolhidos para reflectir o discurso oficial de criação de emprego, produção de comida, a tal ponto que representantes locais do Estado e funcionários públicos não hesitam em pedir, por empréstimo, machambas financiadas por ONGs para mostrá-las como casos de sucesso, ou recorrer ao trabalho de camponeses e associações que tinham um bom desempenho mesmo antes da alocação dos “7 milhões.”³³ Na realidade algumas histórias de sucesso são produto de condições especiais, portanto, excepções e não a regra como se deixa entender a partir dos discursos oficiais e disseminação feita nos *media*.

Colocando em perspectiva a visita do governador ao distrito de Inharrime descrita na secção anterior e os momentos-chave identificados a partir de várias

³¹ Trabalho de campo, localidade de Mahalamba, posto administrativo de Mocumbi, distrito de Inharrime 2008.

³² Conversa decorrida no momento da apresentação do pesquisador às autoridades administrativas do distrito de Quissanga. Quissanga, posto sede, 15.04.13.

³³ Para uma discussão das dinâmicas e complexidade do processo de atribuição e gestão dos “7 milhões”, veja, por exemplo, Mugabe (2012) e Orre e Forquilha (2012).

visitas apresentados nesta secção, argumento que a governação aberta “contamina” os dias calmos da vida distrital com um *tempo* próprio. Nesse *tempo* devem ser produzidas recepções calorosas que demonstram o controlo da população pelos representantes locais do Estado e o apoio destas ao governo do dia. Nesse *tempo*, o que pode ser dito e como deve ser dito é largamente influenciado pelo discurso oficial produzido a partir de Maputo. Também nesse *tempo*, as realizações do governo devem ser celebradas e disseminadas. Nesse *tempo*, o comportamento adequado para os representantes locais do Estado, estruturas e funcionários públicos é a correria generalizada à procura de soluções temporárias para garantir que os visitantes encontrem uma imagem que reflecte o discurso oficial.

CONCLUSÃO

Neste capítulo questionei as visitas da governação aberta enquanto exercício de governação, o que elas significam para aqueles que a conceberam e aqueles que nela participam. A minha estratégia de análise baseou-se em dois movimentos: primeiro, desloquei o foco da análise dos objectivos da governação aberta declarados pela Presidência da República e distanciei-me do normativismo político que privilegia a governação aberta como instituição de monitoria do progresso de implementação de políticas do governo e participação e prestação de contas ao cidadão a nível local; segundo, concentrei-me na descrição e análise de uma dimensão do fenómeno: as actividades que acontecem na véspera e durante as visitas realizadas no âmbito da governação aberta. A consequência desta estratégia analítica é que este capítulo não avaliou a governação aberta ou o desempenho do governo no que concerne aos avanços na luta contra a pobreza, mas, sim, discutiu um dos efeitos que as visitas da governação aberta produzem.

A partir da sistematização de dados recolhidos durante 18 meses de trabalho de campo nos distritos de Inharrime e Zavala na província de Inhambane e da descrição e discussão de uma visita em governação aberta do governador ao distrito de Inharrime, mostrei como as visitas da governação aberta produzem um *tempo* específico com discursos e actividades que lhe são próprias.

Para os representantes locais do Estado e funcionários públicos, neste *tempo* são avaliados não tanto o seu desempenho, mas a representação desse desempenho. Não se coloca a questão sobre quem efectivamente compõe ou como são construídas as grandes audiências (população) presentes nas recepções calorosas ou comícios diri-

gidos pelos visitantes. O importante é a projecção da imagem de controlo e apoio da população ao governo no geral e aos visitantes em particular.

Os discursos e as intervenções da população a partir das tribunas durante os comícios são limitados aos tópicos determinados pelo discurso oficial. Mesmo que estes vão ao encontro de alguns problemas da população, certamente limitam a possibilidade de discussão de outras questões igualmente relevantes para as comunidades visitadas. No entanto, com o trabalho dos *media*, fica documentada a participação popular no processo governativo.

Por fim, não são questionadas as condições em que as comunidades locais beneficiam das grandes realizações publicitadas pelo governo ou em que condições os casos de sucesso no combate à pobreza, via projectos financiados pelos “7 milhões”, foram realizados.

REFERÊNCIAS

- Adalima, J. & Nuvunga, A. (2012) *Participação da Sociedade Civil na Elaboração do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) – 2010-2014*. Maputo.
- Forquilha, S. & Orre, A. (2011) “‘Transformações sem mudanças?’ Os Conselhos Locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique”. In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo, IESE. pp. 35-53.
- GEPR (2009) *Armando Guebuza em Presidência Aberta*. Maputo, Gabinete de Estudos da Presidência da República.
- Gonçalves, E. (2012) “Chronopolitics: public events and the temporalities of state power in Mozambique”. PhD thesis. Johannesburg, University of Witwatersrand.
- (2013) “Xitiku ni mbaula: state officials and the performance of territoriality in Mozambique”. *Wits Anthropology Seminar Series*.
- Gonçalves, E. & Adalima, J. (2008) *A sociedade civil nos Observatórios Provinciais de Desenvolvimento: experiências e desafios*. Maputo.
- Gonçalves, E., Inguane, C. & Gune, E. (2008) *Institucionalização, apropriação e resultados dos Conselhos Locais – Homoíne, Massinga e Mabote, província de Inhambane*. Maputo.
- Guebuza, A. (2006) “A nossa missão: o combate contra a pobreza”. In: A. Guebuza. *A nossa missão: o combate contra a pobreza*. Maputo, CEDIMO. pp. 9-16.

- (2007) “Trabalho para produzir comida: um desafio à nossa criatividade e à materialização das nossas responsabilidades políticas e administrativas”. In: A. Guebuza. *A nossa missão: decisão tomada, decisão cumprida*. Maputo, CEDIMO. pp. 193-198.
- Hall, P. & Taylor, R. (1997) “La science politique et les trois néo-institutionnalismes”. *Revue Française de Science Politique*, 47 (3), 469-496.
- Leininger, J., Heyl, C., Maihack, H. & Reichenbach, B. (2012) “Instituições informais e descentralização em Moçambique – A Presidência Aberta e Inclusiva”. In: B. Weimer (ed.). *Moçambique: descentralizar o centralismo? Economia, política, recursos e resultados*. Maputo, IESE. pp. 216-237.
- Macamo, E. (2002) *A Transição Política em Moçambique*. Lisboa, Centro de Estudos Africanos, ISCTE.
- MAE (2006) *Guião das visitas presidenciais às províncias*. Maputo.
- March, J. & Olsen, J. (1984) “The new institutionalism: organizational factors in political life”. *The American Political Science Review*, 78 (3), 734-749.
- Matusse, R., Mueche, A. & Munguambe, A. (2009) *Presidência Aberta e Inclusiva: A voz que dá voz aos sem voz – Um olhar sobre o primeiro quinquénio do Presidente Guebuza*. Maputo, Sociedade do Notícias.
- Mugabe, E. (2012) *Interação entre os actores sociais no processo de desenvolvimento local: o caso da alocação dos ‘sete milhões’ de meticiais na aldeia de Javanhane, Guijá*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane.
- Orre, A. & Forquilha, S. (2012) “‘Uma iniciativa condenada ao sucesso’ – O fundo distrital dos 7 milhões e suas consequências para a governação em Moçambique”. In: B. Weimer (ed.). *Moçambique: Descentralizar o centralismo? Economia, política, recursos e resultados*. Maputo, IESE. pp. 168-196.
- Palmeira, M. (2002) “Política e tempo: nota exploratória”. In: M. Peirano (ed.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará. pp. 171-177.
- Palmeira, M. & Heredia, B. (1993) “Le temps de la politique”. *Études Rurales* (131/132), 73-87.
- SAL-CDS & Massala (2009) *Analysis of experiences relating to community participation and consultation in district planning in Mozambique*. Maputo.
- Sumich, J. (2008) “Politics after the Time of Hunger in Mozambique: A Critique of Neo-Patrimonial Interpretation of African Elites”. *Journal of Southern African Studies*. 34 (1), 111-125.
- World Bank (1992) *Governance and Development*. Washington, DC, World Bank.

